

SYLVIA NASAR

A imaginação econômica

*Gênios que criaram a economia moderna
e mudaram a história*

Tradução

Carlos Eugênio Marcondes
de Moura



Copyright © 2011 by Sylvia Nasar

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original

Grand pursuit: The story of economic genius

Capa

warrakloureiro

Preparação

Jacob Lebensztayn

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Carmem S. da Costa

Valquíria Della Pozza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nasar, Sylvia

A imaginação econômica : gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história / Sylvia Nasar ; tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Título original : Grand pursuit : The story of economic genius.
ISBN 978-85-359-2145-8

1. Economia - História 2. Economistas 3. História Econômica
I. Título.

12-07399

CDD-330.15092

Índice para catálogo sistemático:
1. Economistas : Biografia 330.15092

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Prefácio: Os 90% da humanidade	9
PRIMEIRO ATO: ESPERANÇA	
Prólogo: O sr. Sentimento versus o Avarento	17
1. Perfeitamente novo: Engels e Marx na Era dos Milagres	27
2. Deve existir um proletariado? O santo padroeiro de Marshall	65
3. A profissão da srta. Potter: os Webb e o Estado do bem-estar social ...	110
4. A cruz de ouro: Fisher e a ilusão monetária	159
5. A destruição criativa: Schumpeter e a evolução econômica	191
SEGUNDO ATO: TEMOR	
Prólogo: A guerra dos mundos	217
6. Os últimos dias da humanidade: Schumpeter em Viena	228
7. A Europa está morrendo: Keynes em Versalhes	257
8. A rua sem alegria: Schumpeter e Hayek em Viena	285
9. Os mecanismos imateriais da mente: Keynes e Fisher nos anos 1920 ...	304
10. Problemas com o magneto: Keynes e Fisher durante a Grande Depressão	330
11. Experiências: Webb e Robinson nos anos 1930	363

12. A guerra dos economistas: Keynes e Friedman no Tesouro	379
13. Exílio: Schumpeter e Hayek na Segunda Guerra Mundial	399

TERCEIRO ATO: CONFIANÇA

Prólogo: Nada a temer	411
14. Passado e futuro: Keynes em Bretton Woods	419
15. De volta da servidão: Hayek e o milagre alemão	429
16. Instrumentos de competência: Samuelson vai a Washington	440
17. A grande ilusão: Robinson em Moscou e Pequim	458
18. Encontro marcado com o destino: Sen em Calcutá e em Cambridge	479

Epílogo: Imaginando o futuro	495
------------------------------------	-----

Agradecimentos	499
Notas	503
Créditos das imagens	559
Índice remissivo	561

PRIMEIRO ATO:
ESPERANÇA

Prólogo

O sr. Sentimento versus o Avarento

Foi o pior dos tempos.

Quando Charles Dickens retornou de sua gloriosa viagem de conferências pelos Estados Unidos em junho de 1842, o fantasma da fome perseguia a Inglaterra.¹ O preço do pão tinha dobrado depois de uma série de más colheitas. As cidades estavam repletas de migrantes rurais empobrecidos buscando trabalho ou, na falta deste, recorrendo à caridade. A indústria têxtil estava no quarto ano de uma recessão profunda e os operários desempregados eram obrigados a depender de auxílio público ou dos refeitórios sociais de organizações privadas. O crítico social conservador Thomas Carlyle fez uma lúgubre advertência: “Com milhões sem condições de sobreviver [...] é evidente que a própria Nação está a caminho do suicídio”.²

Totalmente a favor da educação, da liberdade civil e religiosa e do direito ao voto, Dickens ficou horrorizado com o aumento do ódio entre as classes.³ Em agosto, uma greve em uma fábrica de tecidos acabou em violência. Em poucos dias, os conflitos haviam tomado proporções nacionais, causando uma greve geral convocada pelos líderes de um movimento de massa a favor do sufrágio universal masculino e pedindo uma “Carta do Povo”.⁴ Os cartistas levaram para as ruas a principal causa dos radicais de classe média no Parlamento — cada homem tinha direito a um voto. O governo conservador (Tory) do

primeiro-ministro Robert Peel imediatamente enviou tropas especiais, com seus casacos vermelhos, para conter os agitadores. A grande massa dos grevistas começou a voltar para as fábricas, mas Carlyle, cuja história da Revolução Francesa Dickens leu e releu, advertiu, com palavras pessimistas, que “o sentimento de revolta, de má vontade, de vingança contra a classe alta [...] é cada vez mais o sentimento generalizado da classe baixa”.⁵

Nas luxuosas salas de visitas londrinas, onde damas e cavalheiros o bajulavam, Dickens chamava a atenção tanto por suas simpatias republicanas quanto por suas gravatas extravagantes. Depois de conhecer o sucesso literário, então com trinta anos, Carlyle descreveu Dickens, em tom paternalista, como “uma figura baixa e atarracada, mas *muito* baixa mesmo”, acrescentando com malícia que ele “não estava bem vestido, mas sim no estilo D’Orsay” — ou seja, tão chamativo quanto o renomado conde francês.⁶ O melhor amigo de Carlyle, o filósofo radical John Stuart Mill, recordou-se da descrição de Carlyle de um revolucionário jacobino com “o semblante de um vigarista mal-ajambrado irradiando genialidade”.⁷ Nos jantares elegantes à meia-noite, a “insurreição” cartista provocava ásperas discussões. Carlyle apoiava o primeiro-ministro, que insistia serem necessárias medidas duras para impedir que os radicais se aproveitassem da situação, e que os realmente necessitados já estavam recebendo ajuda. Dickens, que jurou “ir mais longe para ver Carlyle do que qualquer homem vivo”,⁸ afirmava porém que tanto a prudência como a justiça exigiam que o governo prestasse assistência aos desempregados saudáveis e a suas famílias.

A época chamada de *Hungry Forties* [A grande fome] trouxe de volta à tona um debate que perdurou durante os anos de fome, de 1799 a 1815, das guerras napoleônicas. Estava em questão a polêmica lei da população proposta pelo reverendo Thomas Robert Malthus. Contemporâneo de Jane Austen e primeiro professor de economia política da Inglaterra, Malthus era um clérigo tímido e generoso da Igreja Anglicana que tinha o lábio leporino e uma mente matemática afiada. Quando ainda era pároco, foi atormentado pela fome em sua paróquia rural. A Bíblia culpava a condição de pecadores inerente aos pobres. Os filósofos franceses em voga na época, como o marquês de Condorcet, amigo de seu pai, culpavam o egoísmo dos ricos. Malthus julgou que nenhuma das duas explicações era convincente e se sentiu na obrigação de buscar uma

melhor. *An essay on the principle of population* [Um ensaio sobre o princípio da população], publicado pela primeira vez em 1798 e com mais cinco edições até sua morte, em 1834, inspirou não só Charles Darwin e os outros fundadores da teoria da evolução, mas também motivou Carlyle a rejeitar a concepção de economia como a “triste ciência”.⁹

O fato que Malthus tentou explicar era que, em todas as sociedades e em todas as épocas, inclusive a sua, “nove partes em dez de toda a raça humana” estavam condenadas a uma vida de terrível miséria e trabalho penoso.¹⁰ Quando não estava de fato morrendo de fome, o habitante típico do planeta vivia com um medo crônico de morrer de fome. Havia anos prósperos e anos magros, regiões mais ricas e mais pobres; contudo, o padrão de vida nunca se afastava muito da pura subsistência.

Na tentativa de responder à velha pergunta “Por quê?”, o gentil reverendo antecipou não só Darwin, como também Freud. O sexo, argumentou ele, era o culpado. Fosse pela observação da vida miserável de seus paroquianos, pela influência dos cientistas naturais que começavam a considerar o homem um animal ou pela chegada de seu sétimo filho, Malthus concluiu que o impulso de se reproduzir superava todos os outros instintos e habilidades humanas, incluindo a racionalidade, a engenhosidade, a criatividade e até a crença religiosa.

A partir dessa única e provocante premissa, Malthus deduziu que as populações humanas, sempre e em todo lugar, tendiam a crescer mais depressa do que a oferta de alimentos. Seu raciocínio era aparentemente simples: imagine uma situação em que a oferta de alimentos é suficiente para sustentar dada população. Tal como a residência de Adão e Eva no paraíso, esse feliz equilíbrio não pode durar. O instinto animal impele os homens e as mulheres a se casar mais cedo e a formar famílias maiores. A oferta de alimentos, porém, é mais ou menos fixa, exceto a muito longo prazo. Resultado: a quantidade de grãos e outros alimentos básicos que antes bastava para manter todos vivos já não seria suficiente. Inevitavelmente, Malthus concluiu, “como consequência, os pobres têm que viver em condições muito piores”.¹¹

Em qualquer economia em que as empresas competem pelos clientes e os trabalhadores pelos empregos, uma população em expansão significa mais famílias lutando pela mesma oferta de alimentos, e mais trabalhadores competindo pelos mesmos empregos. A competição abaixaria os salários, e ao mesmo tempo aumentaria o preço dos alimentos. O padrão médio de vida — isto é, a

quantidade de alimentos e de outras necessidades disponíveis para cada pessoa — diminuiria.

Em algum momento, os cereais se tornariam tão caros e a mão de obra tão barata que a dinâmica iria se inverter. Com a redução dos padrões de vida, os homens e as mulheres seriam obrigados a adiar o casamento e ter menos filhos. A diminuição da população significaria uma queda nos preços dos alimentos, pois menos famílias estariam disputando a comida disponível. Os salários subiriam, já que menos trabalhadores estariam competindo pelos empregos. Por fim, com a estabilização da oferta de alimentos e da população, os padrões de vida retornariam ao nível inicial. A menos que “o grande exército de destruição”¹² da natureza — a guerra, a doença e a fome — interviesse para apressar o processo, como aconteceu, por exemplo, no século XIV, quando a Peste Negra eliminou milhões, deixando com vida uma população menor em relação à produção de alimentos.

Tragicamente, a nova estabilidade não se mostraria mais duradoura que a anterior. Malthus escreveu, com pesar: “Basta a classe trabalhadora ficar confortável de novo, que os mesmos movimentos retrógrados e progressivos com relação à felicidade se repetem”.¹³ Tentar elevar o nível de vida médio é como Sísifo tentar empurrar sua pedra para o alto do morro. Quanto mais rápido Sísifo chega quase lá, mais depressa desencadeia a reação que faz a pedra rolar ladeira abaixo outra vez.

As tentativas de vencer a lei da população estavam condenadas ao fracasso. Os trabalhadores que insistiam em ganhar salários acima do mercado não encontrariam emprego. Os empregadores que pagassem a seus trabalhadores salários mais altos que a concorrência perderiam seus clientes, pois o custo mais elevado da mão de obra os obrigaria a aumentar os preços.

Para os vitorianos, a implicação mais censurável da lei de Malthus era que a caridade podia, na verdade, aumentar o sofrimento que tencionava aliviar — uma recusa direta à injunção de Cristo para “amar o próximo como a ti mesmo”.¹⁴ De fato, Malthus era extremamente crítico quanto ao sistema tradicional inglês de previdência social, que provia assistência com poucas condições, por premiar o ocioso à custa do trabalhador. A assistência pública era proporcional ao tamanho da família — o que incentivava, na prática, o casamento precoce e as famílias numerosas. Os contribuintes, tanto conservadores como liberais, julgaram a argumentação de Malthus tão convincente que o Parlamento

aprovou, quase sem oposição, uma nova Lei dos Pobres, em 1834, que de fato restringia a assistência pública àqueles que concordassem em ser internos das casas de trabalho paroquiais.

“Por favor, senhor, quero um pouco mais.” Como *Oliver Twist* descobre após fazer seu famoso pedido, as casas de trabalho eram essencialmente prisões onde homens e mulheres eram segregados, postos para trabalhar em tarefas desagradáveis e submetidos a uma dura disciplina — tudo isso em troca de um lugar para dormir e “três refeições por dia de mingau ralo, com uma cebola, duas vezes por semana, e metade de um pão aos domingos”.¹⁵ A comida na maioria das casas de trabalho provavelmente não era tão escassa como a dieta de fome que Dickens descreveu em seu romance, mas não há dúvida de que essas instituições lideravam a lista de queixas da classe trabalhadora.¹⁶ Como a maioria dos liberais reformistas de classe média, Dickens considerava a nova Lei dos Pobres moralmente repulsiva e politicamente suicida, e a teoria na qual se baseava, uma relíquia de um passado bárbaro. Ele voltara havia pouco dos Estados Unidos, com seus “milhares de milhões de acres de terras ainda desocupados e intactos” e onde os habitantes “tinham o hábito de engolir às pressas grandes quantidades de comida de origem animal, três vezes por dia”,¹⁷ e achava absurda a ideia de que abolir as casas de trabalho faria com que o mundo ficasse sem comida.

Decidido a dar um forte golpe em defesa dos pobres, no início de 1843 Dickens começou a escrever uma história sobre um rico avaro que termina mudando seus sentimentos, um conto que ele considerava uma poderosa marreta, capaz de ter “vinte vezes mais força — vinte mil vezes mais força” que um panfleto de propaganda política.¹⁸

Um conto de Natal, alega o historiador econômico James Henderson, é um ataque a Malthus.¹⁹ O romance é repleto de cheiros e sabores deliciosos. Em vez de ser uma ilha pedregosa, árida e superpovoada, onde a comida é escassa, a Inglaterra da história de Dickens parece uma enorme loja de alimentos onde as prateleiras estão transbordando, os caixotes não têm fundo e os barris de bebida nunca secam. O Espírito dos Natais Passados aparece para o avaro Scrooge empoleirado em “uma espécie de trono”, formado por montanhas de “perus, gansos, caça, aves, carne de porco, grandes peças de carne, leitões, longas cordas

de linguiça, empadões, pudins de ameixa, barris de ostras, castanhas assadas quentinhas, maçãs tão vermelhas como cerejas, laranjas suculentas, peras suculentas, imensos bolos e grandes terrinas de ponche fervendo, que enchiam o quarto com seus deliciosos vapores”. Merceeiros, comerciantes de aves, frutas e legumes, todos “radiantes”, convidam os londrinos para conhecer suas lojas e conferir os “desfiles” de comidas e bebidas deliciosas.²⁰

Nessa Inglaterra que se caracteriza pela abundância do Novo Mundo, e não pela escassez do Velho Mundo, o ossudo, estéril e esquelético Ebenezer Scrooge é um anacronismo. Como observa Henderson, o homem de negócios “é tão alheio ao novo espírito de solidariedade humana como à abundância que o cerca”.²¹ Ele é um fervoroso defensor dos castigos físicos e das casas de trabalho, tanto no sentido literal como no figurado. “Elas têm um custo”, ele insiste, “e os que são muito pobres devem ir para lá.” Quando o Espírito dos Natais Passados discorda, dizendo que “muitos não podem ir para lá, e muitos prefeririam morrer”, Scrooge diz, friamente: “Se eles preferem morrer, é melhor que morram, e assim reduzam o excesso de população”.

Felizmente, a natureza empedernida de Scrooge se revela não ser tão imutável, assim como a oferta mundial de alimentos também não é fixa. Quando Scrooge descobre que Tiny Tim é um dos “excedentes” da população, ele recua horrorizado com as implicações da sua antiquada religião malthusiana. “Não, não”, ele grita, implorando ao Espírito que poupe o menino. “Ora, ora”, responde o Espírito ironicamente. “Parece que ele vai morrer; é melhor que morra logo, e reduza o excesso de população.”²² Scrooge se arrepende, decide dar um aumento a seu sofrido funcionário, Bob Cratchit, e lhe envia um belo peru para o Natal. Ao aceitar a visão mais esperançosa, menos fatalista da geração de Dickens a tempo de alterar o curso dos acontecimentos futuros, Scrooge refuta a cruel premissa malthusiana de que “o passado cego e brutal” está destinado a se repetir.

O feliz jantar de Natal dos Cratchit é a resposta direta de Dickens a Malthus, que usa a parábola do “grande banquete da Natureza” para alertar sobre as consequências involuntárias da caridade bem-intencionada. Um homem pobre, sem meios de sustento, pede aos convidados que lhe deem lugar à mesa. No passado, os comensais o teriam enxotado. Mas, enganados pelas utópicas teorias francesas, eles decidem ignorar o fato de que só há comida para os que foram convidados. Eles não preveem que, ao permitir que o recém-chegado se sente à mesa, mais penitentes poderão chegar, a comida pode acabar antes de

todos se servirem, e o prazer dos convidados pela refeição será “destruído pelo espetáculo da miséria e da dependência”.²³

A mesa farta dos Cratchit, rodeada dos rostos felizes da família, é a antítese da tensa refeição de Malthus, estritamente racionada. Em contraste com as porções mesquinhas da Natureza, encontramos o pudim da sra. Cratchit — “como uma bala de canhão cheia de pontinhos, tão dura e firme, com uma cobertura flamejante de conhaque, e enfeitada por cima com uma guirlanda de Natal” — talvez pequeno demais para todos repetirem, mas suficiente para a família. “A sra. Cratchit disse que, agora que tinha tirado o peso da mente, precisava confessar que tivera dúvidas sobre a quantidade de farinha. Todo mundo teve então algo a dizer a respeito, mas ninguém disse nem pensou que era um pudim pequeno para uma família tão grande. Fazer isso seria uma total heresia. Qualquer Cratchit se envergonharia de insinuar tal coisa.”²⁴

O espírito de Natal contagiava a todos. No final da história, Scrooge já não passava fome. Em vez de sorver sozinho sua tigela de mingau, como de costume, o novo Scrooge surpreende o sobrinho, aparecendo sem avisar para a ceia de Natal. É evidente que seu herdeiro se apressa para lhe dar lugar à mesa.

A esperança de Dickens de que *Um conto de Natal* atingisse o público como uma poderosa martelada se realizou. Seis mil exemplares do romance foram vendidos entre a data de publicação, 19 de dezembro, e a véspera de Natal, e o conto continuaria sendo reimpresso pelo resto da vida de Dickens — e continua sendo até hoje.²⁵ A forma como Dickens retratou os pobres lhe valeu apelidos irônicos, como “sr. Sentimento”,²⁶ mas o romancista nunca vacilou em sua convicção de que havia uma maneira de melhorar a sorte dos pobres sem derrubar a sociedade existente.

Como experiente homem de negócios, Dickens sabia que os projetos para melhorar as condições sociais não se concretizariam a menos que pudessem ser pagos. Ele era um “puro modernista” e “crente no Progresso”, e não um adversário da Revolução Industrial. Tendo atingido um sucesso estrondoso ainda na casa dos vinte anos, tinha avançado tanto com seu próprio talento que não poderia duvidar que a engenhosidade humana estava assumindo o controle. Tendo escapado da pobreza ao fazer carreira na nova indústria de mídia de massa, Dickens era impaciente com os conservadores, como Carlyle, e os socialistas, como Mill, que se recusavam a admitir que, como sociedade, “nós nos alçamos lenta e dolorosamente, e com muitas lutas difíceis, para sair de toda essa

degradação social e ignorância” e que “olham para trás, para todo esse passado cego e brutal com uma admiração que não concedem ao presente”.²⁷

A sensação de Dickens de que a sociedade inglesa estava acordando, como que de um longo pesadelo, se mostrou correta em sua antecipação. Um ano depois da “ascensão” cartista, era palpável um novo clima de tolerância e otimismo. O primeiro-ministro *tory* admitia, em conversas privadas, que muitas das queixas dos cartistas eram justificadas.²⁸ Os líderes trabalhistas rejeitaram os apelos para deflagrar uma guerra de classes e apoiaram a campanha dos patrões para revogar os impostos de importação sobre cereais e outros alimentos. Os políticos liberais responderam às comissões parlamentares sobre o trabalho infantil, os acidentes de trabalho nas fábricas e outros males, criando as Leis Fabris de 1844, que regulamentavam a jornada de trabalho de mulheres e crianças.

Dickens nunca imaginou que o mundo pudesse avançar sem a previdente ciência da economia. Em vez disso, ele esperava converter os economistas políticos, assim como o Fantasma do Natal Futuro havia convertido Scrooge. Queria que eles parassem de tratar a pobreza como um fenômeno natural, que parassem de achar que as ideias e as intenções não são importantes, parassem de dar como certo que os interesses das diferentes classes eram diametralmente opostos. Dickens estava especialmente ansioso para que os economistas políticos cultivassem “o entendimento mútuo, a tolerância e a consideração; algo [...] que não se pode expressar em números”.²⁹ Quando lançou sua revista semanal *Household Words*, Dickens fez um apelo aos economistas para humanizar a economia. Como escreveu em seu ensaio de abertura, “a economia política é um mero esqueleto a menos que tenha um pouco do exterior humano, e também do enchimento, e um pouco do brilho humano sobre ela, e um pouco de calor humano dentro dela”.³⁰

Dickens não estava sozinho. Existiam — e continuaria a existir — homens e mulheres em Londres e em todo o mundo que chegaram à mesma conclusão. Tendo superado terríveis obstáculos, eles também viam o homem como fruto das circunstâncias. Também perceberam que as condições materiais de vida para “nove partes em dez de toda a raça humana” já não eram imutáveis, predestinadas pelo “passado cego e brutal”, e totalmente fora do controle humano e da influência humana. Convencidos de que as circunstâncias econômicas estavam abertas à intervenção humana, embora ainda céticos quanto a projetos

utópicos e “sociedades artificiais” impostas por elites radicais, eles se dedicaram a criar um “mecanismo de análise”³¹ (ou, como disse um economista posterior, “um aparelho da mente”)³² que pudessem usar para compreender como o mundo moderno funcionava e como as condições materiais da humanidade — das quais dependem suas condições morais, emocionais, intelectuais e criativas — poderiam ser melhoradas.